



**CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL**

MINISSIMULADO GRATUITO CLDF

Lei Orgânica / Lei 4.990/2012 / Regimento Interno
RJSPC do DF / RPPS do DF

25 QUESTÕES INÉDITAS



Lei Orgânica do Distrito Federal

01

De acordo com a LODF, marque (V) para verdadeiro e (F) para falso.

Compete privativamente ao Distrito Federal:

() dispor sobre a administração, utilização, aquisição e alienação dos bens públicos.

() exercer o poder de polícia administrativa.

() legislar sobre orçamento

() regulamentar e fiscalizar o comércio ambulante, inclusive o de papéis e de outros resíduos recicláveis.

a) F – V – V – V

b) V – F – V – V

c) V – V – F – V

d) V – V – V – F

e) V – V – V – V

02

De acordo com a LODF, assinale a alternativa CORRETA.

I - A administração pública é obrigada a fornecer a qualquer cidadão, no prazo máximo de trinta dias úteis, independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos, certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres, para defesa de seus direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou coletivo.

II - Os atos de improbidade administrativa importarão suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

III - É vedada a contratação de obras e serviços públicos sem prévia aprovação do respectivo projeto, sob pena de nulidade do ato de contratação.

a) I

b) I e II

c) I e III

d) II e III

e) I, II, III

03

De acordo com a LODF, assinale a alternativa CORRETA.

O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Legislativa, composta de Deputados Distritais, representantes do povo, eleitos e investidos na forma da legislação federal.

I - Cada legislatura terá a duração de quatro anos, iniciando-se com a posse dos eleitos.

II - Poderá a Câmara Legislativa reunir-se temporariamente, em qualquer local do Distrito Federal, por deliberação de dois terços de seus membros, sempre que houver motivo relevante e de conveniência pública ou em virtude de acontecimento que impossibilite seu funcionamento na sede.

III - Salvo disposição em contrário da Constituição Federal e desta Lei Orgânica, as deliberações da Câmara Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, em votação ostensiva.

a) II

b) I e II

c) I e III

d) II e III

e) I, II, III

04

De acordo com a LODF, assinale a alternativa CORRETA.

Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal:

I - autorizar o Governador e o Vice-Governador a se ausentarem do Distrito Federal por mais de trinta dias.

II - convocar Secretários de Estado do Distrito Federal, dirigentes e servidores da administração direta e indireta do Distrito Federal a prestar pessoalmente informações sobre assuntos previamente determinados, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada ou o não atendimento no prazo de quinze dias, bem como a prestação de informações falsas, nos termos da legislação pertinente.

III - julgar anualmente as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos do governo.

IV - escolher três entre os sete membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

- a) III
- b) I e IV
- c) I, II e III
- d) II, III e IV
- e) I, II, III e IV

05

De acordo com a LODF, assinale a alternativa CORRETA.

Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão encaminhados à Câmara Legislativa, que os apreciará na forma de seu regimento interno.

I - O projeto de lei do plano plurianual será encaminhado pelo Governador à Câmara Legislativa até 15 de setembro do primeiro ano de mandato e devolvido para sanção até o encerramento da primeira sessão legislativa.

II - O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até seis meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido pelo Legislativo para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

III - O projeto de lei orçamentária para o exercício seguinte será encaminhado até três meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro em curso e devolvido pelo Legislativo para sanção até o encerramento do segundo período da sessão legislativa.

- a) II
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II, III

06

De acordo com a LODF, assinale a alternativa CORRETA.

As emendas individuais dos Deputados Distritais ao projeto de lei orçamentária anual são aprovadas até o limite de:

- a) 1% da receita corrente líquida nele estimada.
- b) 2% da receita corrente líquida nele estimada.
- c) 3% da receita corrente líquida nele estimada.
- d) 5% da receita corrente líquida nele estimada.
- e) 10% da receita corrente líquida nele estimada.

Lei Distrital 4.990/2012

07

De acordo com a Lei 4.990/12, assinale a alternativa CORRETA.

A informação em poder dos órgãos e das entidades sujeitos a esta Lei, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Distrito Federal, pode ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

a) Ultrassecreta: 30 anos / Secreta: 15 anos / Reservada: 10 anos.

b) Ultrassecreta: 25 anos / Secreta: 20 anos / Reservada: 10 anos.

c) Ultrassecreta: 25 anos / Secreta: 15 anos / Reservada: 5 anos.

d) Ultrassecreta: 25 anos / Secreta: 10 anos / Reservada: 5 anos.

e) Ultrassecreta: 20 anos / Secreta: 15 anos / Reservada: 3 anos.

Regimento Interno da CLDF

08

De acordo com o Regimento Interno da CLDF, marque (V) para verdadeiro e (F) para falso.

() O exercício do mandato do Deputado Distrital inicia-se com a posse, cabendo-lhe, uma vez empossado: solicitar, por intermédio da Mesa Diretora, auditoria e inspeção do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

() O Deputado Distrital não poderá presidir os trabalhos da Câmara Legislativa ou de comissão quando se tratar de assunto de seu interesse pessoal, de apreciação de matéria de sua autoria ou da qual tenha sido relator.

() Ficam os Deputados Distritais impedidos de exercerem cumulativamente os cargos de Membro da Mesa Diretora, Corregedor, Ouvidor e Presidente das comissões permanentes da Câmara Legislativa. O Deputado Distrital eleito Corregedor pode ser membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

() O Deputado Distrital que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a cargos ou funções que ocupar em razão dela, inclusive os cargos da Mesa Diretora.

a) F – V – F – V

b) V – F – V – F

c) V – V – F – F

d) V – V – V – F

e) V – V – V – V

09

De acordo com o Regimento Interno da CLDF, assinale a alternativa CORRETA.

I - O Deputado Distrital, mediante prévia autorização da Câmara Legislativa, poderá, sem perder o mandato, incorporar-se às Forças Armadas nos casos de convocação prevista em lei federal.

II - Recebido o documento de convocação, o Presidente, após a leitura em Plenário, fará a distribuição à Comissão de Constituição e Justiça, que deverá emitir parecer em cinco dias.

III - A licença para incorporação às Forças Armadas de Deputado Distrital não acarretará perda do subsídio.

a) III

b) I e II

c) I e III

d) II e III

e) I, II e III

10

De acordo com o Regimento Interno da CLDF, assinale a alternativa CORRETA.

I - A Corregedoria da Câmara Legislativa é exercida por um Deputado Distrital, eleito para o cargo de Corregedor na mesma data da eleição dos Presidentes das Comissões Permanentes, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

II - Distribuída pela Mesa Diretora a representação, a denúncia ou a notícia de infração ao Código de Ética e Decoro Parlamentar, o Corregedor notificará, no prazo de um dia, o investigado para prestar esclarecimentos no prazo de dez dias úteis.

III - Findo o prazo do investigado, com ou sem os esclarecimentos solicitados, o Corregedor proferirá, no prazo de quinze dias úteis, parecer prévio opinativo à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

IV - O Corregedor não pode ser membro efetivo ou suplente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) I, III e IV
- d) II, III e IV
- e) I, II, III e IV

11

De acordo com o Regimento Interno da CLDF, assinale a alternativa ERRADA.

As comissões permanentes têm as seguintes denominações:

- a) Comissão de Defesa do Consumidor.
- b) Comissão de Previdência Social.
- c) Comissão de Assuntos Fundiários.

d) Comissão de Segurança.

e) Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

12

De acordo com o Regimento Interno da CLDF, assinale a alternativa CORRETA.

I - A Procuradoria Especial da Mulher será constituída por uma Deputada Procuradora Especial da Mulher e três Deputadas Procuradoras Adjuntas, designadas pelo Presidente da Câmara Legislativa, a cada ano, no início da sessão legislativa.

II - A Procuradoria Especial da Mulher não poderá ser exercida por Deputados Distritais.

III - Compete à Procuradoria Especial da Mulher zelar pela participação mais efetiva das Deputadas nos órgãos e nas atividades da Câmara Legislativa e ainda: promover pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como acerca de seu déficit de representação na política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídio às Comissões da Câmara Legislativa.

- a) III
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

13

De acordo com o Regimento Interno da CLDF, assinale a alternativa CORRETA.

Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra com o objetivo de alterar sua forma original. A emenda pode ser:

- a) supressiva, a que resulta da fusão de outras emendas, ou de emenda com o texto da proposição principal, a fim de formar um novo texto, com objetivos aproximados.

b) aglutinativa, a que faz acréscimo de dispositivo ao texto da proposição principal.

c) substitutiva, a que se apresenta como sucedânea de parte da proposição principal.

d) modificativa, a que objetiva erradicar qualquer parte da proposição principal.

e) aditiva, a que dá nova redação a dispositivo da proposição principal.

14

De acordo com o Regimento Interno da CLDF, assinale a alternativa CORRETA.

Urgência é o regime de tramitação em que, dada a excepcional necessidade de pronta apreciação da proposição, a Câmara Legislativa dispensa formalidades regimentais comuns à apreciação das proposições.

I - O requerimento de urgência deverá ser subscrito por, no mínimo, um terço e aprovado por dois terços dos membros da Câmara Legislativa.

II - Aprovado o requerimento de urgência, a matéria entrará em discussão na quarta sessão ordinária subsequente.

III - A redação final de matéria em regime de urgência ficará em pauta por três sessões e, não havendo emendas, decorrido esse prazo sem deliberação, será ela considerada aprovada.

a) I

b) I e II

c) I e III

d) II e III

e) I, II e III

15

De acordo com o Regimento Interno da CLDF, assinale a alternativa CORRETA.

I - A mensagem do Governador encaminhando as razões de veto, total ou parcial, a projeto aprovado pela Câmara Legislativa, uma vez recebida, será imediatamente publicada e despachada à Comissão de Constituição e Justiça, que terá o prazo máximo de dez dias para apresentar seu relatório.

II - O veto é apreciado no prazo de trinta dias, a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa, em votação ostensiva.

III - Se o veto for rejeitado, a matéria vetada será enviada ao Governador para promulgação.

IV - Se a promulgação pelo Governador não se der dentro do prazo de quarenta e oito horas, contado de sua remessa, o Presidente da Câmara Legislativa o fará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

a) II e IV

b) I, II e III

c) I, III e IV

d) II, III e IV

e) I, II, III e IV

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal

16

De acordo com a RJSPC do DF, assinale a alternativa CORRETA.

I - Pelo menos trinta por cento dos cargos em comissão devem ser providos por servidor público de carreira, nos casos e condições previstos em lei.

II - É proibida a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, de pessoa que tenha praticado ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, observado o mesmo prazo de incompatibilidade dessa legislação.

III - As funções de confiança, privativas de servidor efetivo, destinam-se exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

- a) II
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

17

De acordo com a RJSPC do DF, complete a frase abaixo.

Sem prejuízo da remuneração ou subsídio do cargo efetivo, o servidor faz jus a _____ dos vencimentos ou subsídio do cargo em comissão por ele exercido, salvo disposição legal em contrário.

- a) sessenta por cento
- b) setenta por cento
- c) oitenta por cento
- d) noventa por cento
- e) cem por cento

18

De acordo com a RJSPC do DF, marque (V) para verdadeiro e (F) para falso.

() Pode ser concedida licença ao servidor estável para acompanhar cônjuge ou companheiro que for deslocado para exercer mandato eletivo em Estado ou Município não compreendido na RIDE.

() A licença é por prazo de até três anos e sem remuneração ou subsídio.

() A manutenção do vínculo conjugal deve ser comprovada semestralmente, sob pena de cancelamento da licença.

- a) F – V – V
- b) V – F – V
- c) V – V – F
- d) V – F – F
- e) V – V – V

19

De acordo com a RJSPC do DF, marque (V) para verdadeiro e (F) para falso.

O servidor tem direito a licença para atividade política nos períodos compreendidos entre:

() a data de sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral.

() o registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral e até trinta dias após a data da eleição para a qual concorre.

() Negado o registro ou havendo desistência da candidatura, o servidor tem de reassumir o cargo em até dez dias.

- a) F – V – V
- b) V – F – V
- c) V – V – F
- d) V – F – F
- e) V – V – V

20

De acordo com a RJSPC do DF, assinale a alternativa CORRETA.

São deveres do servidor:

I - agir com perícia, prudência e indiligência no exercício de suas atribuições.

II - levar ao conhecimento da autoridade superior as falhas, vulnerabilidades e as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo público ou função de confiança.

III - guardar sigilo sobre assunto da repartição.

IV - ser leal às instituições a que servir.

- a) I e III
- b) II e IV
- c) I, II e IV
- d) II, III e IV
- e) I, II, III e IV

21

De acordo com a RJSPC do DF, assinale a alternativa ERRADA.

As infrações disciplinares classificam-se, para efeitos de cominação da sanção, em leves, médias e graves.

São infrações leves:

- a) praticar o comércio ou a usura na repartição.
- b) descumprir dever funcional ou decisões administrativas emanadas dos órgãos competentes.
- c) retirar, sem prévia anuência da chefia imediata, qualquer documento ou objeto da repartição.
- d) deixar de praticar ato necessário à apuração de infração disciplinar, retardar indevidamente a sua prática ou dar causa à prescrição em processo disciplinar.
- e) recusar-se, quando solicitado por autoridade competente, a prestar informação de que tenha conhecimento em razão do exercício de suas atribuições.

22

De acordo com a RJSPC do DF, assinale a alternativa CORRETA.

A demissão, a cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou a destituição de cargo em comissão, motivada por infração disciplinar grave do grupo II, implica a incompatibilização para nova investidura em cargo público do Distrito Federal pelo prazo de:

- a) cinco anos, sem prejuízo de ação cível ou penal e das demais medidas administrativas.
- b) oito anos, sem prejuízo de ação cível ou penal e das demais medidas administrativas.
- c) dez anos, sem prejuízo de ação cível ou penal e das demais medidas administrativas.
- d) doze anos, sem prejuízo de ação cível ou penal e das demais medidas administrativas.
- e) quinze anos, sem prejuízo de ação cível ou penal e das demais medidas administrativas.

Regime Próprio de Previdência Social do DF

23

De acordo com a RPPS/DF, marque (V) para e (F) para falso.

São beneficiários do RPPS/DF, na condição de dependente do segurado:

- () os pais
- () o irmão não-emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido.
- () o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido.

- a) F – V – V
- b) V – F – V
- c) V – V – F

d) V – F – F

e) V – V – V

24

De acordo com a RPPS/DF, marque (V) para e (F) para falso.

O RPPS/DF, gerido pelo Iprev/DF, assegura aos beneficiários que preencham os requisitos legais os seguintes benefícios:

() quanto ao segurado: aposentadoria compulsória por invalidez permanente.

() quanto ao segurado: auxílio-reclusão.

() quanto aos dependentes dos segurados: salário-família.

a) F – V – V

b) V – F – V

c) V – V – F

d) V – F – F

e) V – V – V

25

De acordo com a RPPS/DF, marque (V) para e (F) para falso.

() A segurada gestante faz jus à licença-maternidade pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo da remuneração, a contar do dia do parto.

() A licença-maternidade poderá ser antecipado em até 28 (vinte e oito) dias do parto, por prescrição médica.

() No caso de natimorto ou de nascimento com vida seguido de óbito, a segurada reassumirá suas funções decorridos 30 (trinta) dias do evento, caso seja julgada apta.

() No caso de aborto atestado por médico oficial, a segurada terá direito a 60 (sessenta) dias de licença-maternidade.

a) F – V – V – V

b) V – F – V – V

c) V – V – F – V

d) V – V – V – F

e) V – V – V – V

Nº	GAB	LODF
01	c	15 (V; XIV; XVI) e 17 (II)
02	d	23 (II); 27 e 28
03	c	54 Par Único; 55 Par Único e 56
04	a	60 (XII; XIV; XV e XVII)
05	c	150 §1º; §2º e §3º
06	b	150 §15º
Nº	GAB	LD 4.990/2012
07	c	26 §1º (I a III)
Nº	GAB	RI/CLDF
08	c	15 (XII); 16 ; 16-A §1º e 17
09	b	21; §1º e §3º
10	d	50; §2º; §3º e §7º
11	b	58 (IV; VI; VIII e IX)
12	a	98-A; §2º; 98-B (IV)
13	c	146§1º (I a V)
14	a	164; 165 e 166
15	d	208; 209; §3º e §4º
Nº	GAB	LCD 840/2011
16	d	5 §2º; §3º e 6
17	c	77 (II)
18	d	133 (II); §1º e §2º
19	d	137 (I e II) e §2º
20	d	180 (III; VII; X; XI)
21	a	190 (I a IV); 191 (V)
22	c	206
Nº	GAB	LCD 769/2008
23	d	12 (II; III e IV)
24	d	17 (I-a;i) e (II-b)
25	d	25; §1º; §2º; §3º
*	*	JESUS TE AMA

AUMENTE SUAS CHANCES DE APROVAÇÃO!

Simulados de Exercícios (PDF)

- 1) LEI ORGÂNICA DO DF - 70 Questões INÉDITAS / R\$23,90
- 2) LEI 4.990/2012 - 18 Questões INÉDITAS / R\$9,90
- 3) REGIMENTO INTERNO - 78 Questões INÉDITAS / R\$24,90
- 4) RJSPC DO DF - 80 Questões INÉDITAS / R\$24,90

5) RPPS DO DF - 40 Questões INÉDITAS / R\$15,90

6) PORTUGUÊS - 257 Questões FCC / R\$12,90

7) RLM - 110 Questões FCC / R\$9,90

8) DIR CONST e PROC LEG - 107 Questões FCC / R\$9,90

9) DIR ADMINISTRATIVO - 104 Questões FCC / R\$9,90

10) ADMINISTRAÇÃO PÚB - 199 Questões FCC / R\$10,90

APROVEITE NOSSO COMBOS PROMOCIONAIS!

COMBO INÉDITOS (OS 10 SIMULADOS)

De ~~R\$ 153,00~~ por **R\$44,90**

71% de DESCONTO

ou

COMBO INÉDITOS (SIMULADOS 1 a 5)

De ~~R\$ 99,50~~ por **R\$39,90**

60% de DESCONTO

Clique nos COMBOS ou visite nosso site:

www.concurseirosabencoados.com.br

DÚVIDAS?

Envie sua mensagem para nosso whatsapp!

(22) 988093170



SIGA-NOS
[Instagram](#)



PARTICIPE DO NOSSO GRUPO:
[Grupo Concurseiros Abençoados II](#)



CURTA NOSSA PÁGINA
facebook.com/concurseirosabençoados



SUGESTÕES, ELOGIOS OU CRÍTICAS.
concurseirosabençoados@gmail.com



INSCREVA-SE EM NOSSO CANAL
<https://goo.gl/KFK1Am>

DESENVOLVIDO POR:



*"E Jesus disse-lhe: Se tu podes crer, tudo é possível ao que crê."
(Marcos 9:23).*